



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CMADS

Apresentação: 16/07/2025 14:03:02.207 - CMADS
PRL 1 CMADS => PL 1437/2025

PRL n.1

PROJETO DE LEI Nº 1.437, DE 2025

Dispõe sobre a proibição da adoção ou aquisição de animais de estimação por pessoas condenadas por maus-tratos a animais, crimes contra crianças e adolescentes, estabelece sanções pelo descumprimento, e dá outras providências.

Autor: Deputado GILVAN MAXIMO

Relator: Deputado BRUNO GANEM

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei 1.437/2025, de autoria do deputado federal Gilvan Maximo, impede a aquisição de animais de estimação por pessoas que foram condenadas por crimes considerados indicativos de comportamento violento ou negligente, abrangendo duas categorias principais de condenados. A primeira refere-se àqueles que cometeram crimes de maus-tratos, crueldade ou abandono de animais, conforme tipificado no artigo 32 da Lei 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais. A segunda categoria engloba pessoas condenadas por crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), incluindo casos de abuso, violência física, psicológica, sexual ou negligência grave contra menores.

O projeto estabelece que as proibições terão duração de dez anos, contados a partir do cumprimento integral da pena imposta ao condenado. Para garantir a efetividade das restrições, o projeto prevê a criação, pelo Poder Executivo,





de um Cadastro Nacional de Pessoas Impedidas de Adotar ou Adquirir Animais. O descumprimento ao disposto na lei ensejará advertência, multa, detenção e confisco.

O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 RICD).

Após a análise pelas Comissões, a proposição será objeto de apreciação pelo Plenário e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso I e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei 1.437/2025 merece aprovação desta Casa Legislativa por representar um avanço significativo na proteção animal e no aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro. A proposta do deputado Gilvan Maximo estabelece medidas preventivas fundamentadas em evidências científicas sobre a correlação entre violência contra animais e outros comportamentos antissociais, preenchendo uma lacuna normativa importante no sistema de proteção aos direitos dos animais. A experiência internacional demonstra que indivíduos que cometem crimes de maus-tratos contra animais apresentam maior propensão à reincidência, justificando a implementação de mecanismos restritivos temporários que visem proteger novos animais de possíveis situações de violência ou negligência.

A inclusão de condenados por crimes contra crianças e adolescentes no escopo das restrições revela uma compreensão aprofundada sobre o fenômeno da violência interpessoal, reconhecendo que a crueldade contra seres vulneráveis, sejam animais de estimação ou menores de idade, manifesta padrões comportamentais que demandam intervenção preventiva. Esta abordagem alinha-se com estudos





criminológicos que identificam a violência contra animais como um indicador significativo de outros comportamentos violentos, constituindo-se em ferramenta valiosa para a proteção de múltiplas categorias de seres vulneráveis. O prazo de dez anos para as restrições, com possibilidade de prorrogação em casos de reincidência, estabelece um equilíbrio adequado entre a proteção animal e os princípios da ressocialização, oferecendo oportunidade de reabilitação sem comprometer a segurança dos animais.

A aprovação deste projeto representa um passo importante na evolução da legislação brasileira de proteção animal, alinhando nosso ordenamento jurídico com tendências internacionais que reconhecem a necessidade de medidas preventivas baseadas em evidências científicas. A proposta não apenas protege animais de situações de risco, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais empática e responsável, onde a proteção aos vulneráveis constitui prioridade.

No entanto há alguns reparos a fazer. Em primeiro lugar, já existem cadastros de infratores ambientais, mantidos por força do art. 4º da Lei 10.650/2003 (Lei de Informação Ambiental). Essas informações estão disponíveis, no âmbito federal, no Portal Brasileiro de Dados Abertos. Os autos de infração dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente ainda precisam ser consultados nos respectivos sítios na Internet.

No caso das ocorrências registradas pelos órgãos policiais, a consolidação de dados depende da plena implantação, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), instituído pela Lei 13.675/2018 e integrado pelas polícias Federal, Rodoviária Federal, civis, militares, Força Nacional de Segurança Pública, corpos de bombeiros militares, agentes penitenciários e guardas municipais.

No âmbito do Poder Judiciário, por sua vez, há distintos cadastros mantidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e outros cadastros sendo criados por força de lei, como o Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais previsto na Lei 15.035/2024, ou o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, anterior a ele. Também o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

criou o Cadastro Nacional de Casos de Violência contra Criança e Adolescente, por meio da Resolução nº 298/2024 (previsto na Lei 14.344/2022).

Essa dispersão de bancos de dados e de cadastros já existentes demanda consolidação, pelo Poder Executivo, de um sistema de consulta unificado que atenda ao previsto na presente proposição, o que requer um ajuste de redação. Outra alteração que nos parece necessária é a exclusão das sanções, tendo em vista que a Lei 9.605/1998 já estabelece as infrações administrativas necessárias.

Por estas razões, manifesto voto pela aprovação do Projeto de Lei 1.437/2025, com as emendas anexas.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado BRUNO GANEM
Relator

2025-10121

Apresentação: 16/07/2025 14:03:02.207 - CMADS
PRL 1 CMADS => PL 1437/2025

PRL n.1





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - CMADS**

Apresentação: 16/07/2025 14:03:02.207 - CMADS
PRL 1 CMADS => PL 1437/2025

PRL n.1

PROJETO DE LEI Nº 1.437, DE 2025

Dispõe sobre a proibição da adoção ou aquisição de animais de estimação por pessoas condenadas por maus-tratos a animais, crimes contra crianças e adolescentes, estabelece sanções pelo descumprimento, e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

Dê-se à ementa do projeto a seguinte redação:

"Dispõe sobre a proibição da adoção ou aquisição de animais de estimação por pessoas condenadas por maus-tratos a animais ou por crimes contra crianças e adolescentes, e dá outras providências."

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado BRUNO GANEM
Relator

2025-10121





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - CMADS**

Apresentação: 16/07/2025 14:03:02.207 - CMADS
PRL 1 CMADS => PL 1437/2025

PRL n.1

PROJETO DE LEI Nº 1.437, DE 2025

Dispõe sobre a proibição da adoção ou aquisição de animais de estimação por pessoas condenadas por maus-tratos a animais, crimes contra crianças e adolescentes, estabelece sanções pelo descumprimento, e dá outras providências.

EMENDA Nº 2

Dê-se ao inciso I do art. 3º do projeto a seguinte redação:

"Art. 3º

I – Consultar o Cadastro Nacional de Pessoas Impedidas de Adotar ou Adquirir Animais;

....."

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado BRUNO GANEM
Relator

2025-10121





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - CMADS**

Apresentação: 16/07/2025 14:03:02.207 - CMADS
PRL 1 CMADS => PL 1437/2025

PRL n.1

PROJETO DE LEI Nº 1.437, DE 2025

Dispõe sobre a proibição da adoção ou aquisição de animais de estimação por pessoas condenadas por maus-tratos a animais, crimes contra crianças e adolescentes, estabelece sanções pelo descumprimento, e dá outras providências.

EMENDA Nº 3

Suprima-se o art. 4º do projeto, renumerando-se os demais.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado BRUNO GANEM
Relator

2025-10121





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - CMADS**

Apresentação: 16/07/2025 14:03:02.207 - CMADS
PRL 1 CMADS => PL 1437/2025

PRL n.1

PROJETO DE LEI Nº 1.437, DE 2025

Dispõe sobre a proibição da adoção ou aquisição de animais de estimação por pessoas condenadas por maus-tratos a animais, crimes contra crianças e adolescentes, estabelece sanções pelo descumprimento, e dá outras providências.

EMENDA Nº 4

Dê-se ao art. 5º do projeto a seguinte redação:

"Art. 5º Fica autorizada a criação do Cadastro Nacional de Pessoas Impedidas de Adotar ou Adquirir Animais, nos termos do art. 1º dessa lei."

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado BRUNO GANEM
Relator

2025-10121

